

Ministro Eduardo Ribeiro

Traços Biográficos

Nascido em Juiz de Fora, em 30 de setembro de 1937, filho do juiz de direito Aprígio Ribeiro de Oliveira Júnior e de Maria de Lourdes Andrade Ribeiro de Oliveira. Com a promoção de seu pai ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, mudou-se para Belo Horizonte, em 1945, onde estudou no Colégio Loyola e diplomou-se em Direito pela Faculdade Mineira de Direito da Universidade Católica de Minas Gerais, em 1960.

Exerceu a advocacia em Belo Horizonte, até abril de 1962, quando se mudou para Brasília, em razão de convite para trabalhar como Instrutor de Ensino na Universidade de Brasília. Nessa qualidade, assim como na de Auxiliar de Ensino, colaborou com os Professores A. L. Machado Neto, Vitor Nunes Leal e Waldir Pires, lecionando Introdução à Ciência do Direito, Direito Constitucional e Instituições de Direito Público e Privado. Como responsável pela disciplina, lecionou Teoria Geral do Processo e Direito Processual Civil. Afastou-se da UnB, em outubro de 1965. Voltou a exercer atividade docente, por um semestre, em 1971, no CEUB - Centro de Ensino Unificado de Brasília, e na UnB, como Professor-Adjunto, de janeiro de 1992 a julho de 1993, lecionando Direito Processual Civil.

Em 1963, ingressou, mediante concurso, no Ministério Público do Distrito Federal, como Defensor Público, sendo promovido a Promotor Substituto em 1966. Havendo obtido aprovação em concurso para a magistratura do Distrito Federal, foi nomeado Juiz Substituto em setembro de 1966 e promovido a Juiz de Direito em abril de 1967, tendo sido titular da 3ª Vara Criminal e da 1ª e 7ª Varas Cíveis. Promovido a Desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, empossou-se neste cargo em julho de 1980. Em 12 de junho de 1985, tomou posse como Ministro do Tribunal Federal de Recursos, passando, por força da Constituição de 1988, a Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Na Justiça Eleitoral exerceu o cargo de Juiz Eleitoral do Distrito Federal, de novembro de 1968 a abril de 1970. Como Juiz, foi membro do Tribunal Regional Eleitoral de 1971 a 1975 e, como Desembargador, de junho de 1982 até junho de 1985, tendo ocupado os cargos de Vice-Presidente, Corregedor e Presidente.

Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e STJ

No Tribunal Federal de Recursos compôs, em 1987, a Comissão encarregada de apresentar estudos e sugestões à Assembléia Nacional Constituinte. Já no Superior Tribunal de Justiça, exerceu a Presidência da Terceira Turma e da Segunda Seção. Foi Diretor da Revista, além de ter integrado a Comissão de Regimento Interno e a de Jurisprudência. Fez parte também do Conselho da Justiça Federal e atuou como Ministro do Tribunal Superior Eleitoral (suplente, de 1996 a 1998, e efetivo, de 1998 a 2000).

Integrou diversas bancas examinadoras de concursos públicos, como se especifica: Procurador-Adjunto do Tribunal de Contas do Distrito Federal (1969), Defensor Público do Ministério Público do Distrito Federal (1970), Procurador-Adjunto do Tribunal de Contas da União (1972), Procurador da República (1974, 1978 e 1988), Auditor do Tribunal de Contas do Distrito Federal (1974 e 1980), Auditor do Tribunal de Contas da União (1975), Juiz de Direito Substituto do Distrito Federal (1981, 1982 e 1983).

Além de sentenças e votos, publicou trabalhos doutrinários, podendo ser citados: “Sobre o Conceito de Jurisdição” (ver. For., nº 260 - Rev. Bras. De Dir. Proc., nº 18 - Rev. de Processo nº 16), “Tentativa - Desistência Voluntária e Arrependimento Eficaz” (Rev. do TJDF, nº 4), “O Novo Código de Processo Civil” (Rev. de Informação Legislativa, nº 40), “Responsabilidade Civil do Estado” (Rev. Jur. da PGDF, nº 13), “Algumas Propostas em Tema de Recursos” (Rev. For., nº 286), “Notas sobre o Conceito de Lide” (Rev. de Processo, nº 34), “Notas sobre o Código de Processo Civil” (trechos de cursos publicados pelo Senado Federal, 1975), “Sugestões ao Anteprojeto do Código de Processo Penal” (Relator do trabalho apresentado ao Sr. Ministro da Justiça pela Associação dos Magistrados de Primeira Instância do Distrito Federal, Revista Primeira Instância, nº 1), “Territorialidade da Lei Penal” (parecer - Revista do Conselho Penitenciário do Distrito Federal, nº 8), “Condições da Ação: A Possibilidade Jurídica do Pedido” (Revista de Processo, nº 46), “Recursos em Mandado de Segurança - Algumas Questões Controvertidas” (obra coletiva com o título Mandados de Segurança e de Injunção, Saraiva, 1990), “Competência Recursal do STJ” (conferência - Revista de Direito Público, nº 93), “Recurso Especial - Algumas Questões de Admissibilidade” (obra coletiva com o título Recursos no Superior Tribunal de Justiça, Saraiva, 1991), “Recursos - Algumas Inovações” (Publicação do TRF - 3ª Região - Revista Especial nº 2), “Proteção ao Contribuinte - Medidas Cautelares” (conferência

Ministro Eduardo Andrade Ribeiro de Oliveira

- Revista Forense, nº 324 e Revista Trimestral de Direito Público, nº 3), “O Acesso à Justiça e Alguns Novos Instrumentos Processuais” (conferência - Revista de Processo, nº 71), “Prequetionamento” (Revista de Processo nº 97 - Aspectos Polêmicos e Atuais dos Recursos Cíveis - obra coletiva - RT - 1999), “Recurso Especial” (Temas de Direito em Homenagem ao Ministro Humberto Gomes de Barros - Forense - 2000), “A Execução e o Garante” (no prelo - obra coletiva em homenagem ao Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira), “Embargos de Divergência” (no prelo - obra coletiva em homenagem ao Ministro Carlos Alberto Menezes Direito).

Casado desde 1962 com Maria Carmen Henriques Ribeiro de Oliveira, tem três filhos: Marcelo Henriques Ribeiro de Oliveira (advogado), Silvia Henriques Ribeiro de Oliveira (revisora parlamentar) e Márcia Henriques Ribeiro de Oliveira (procuradora da Fazenda Nacional).